

Agenda Positiva 2018



1809

ACRJ

A VOZ DO EMPRESÁRIO

Agenda Positiva aos candidatos Federal e Estadual

Contribuições dos Conselhos Empresariais da
Associação Comercial do Rio de Janeiro

2018

PARA FAZER OUVIR OS EMPRESÁRIOS

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, ACRJ, também conhecida como Casa de Mauá, ao longo de seus 209 anos, tem se voltado para a discussão e a proposição de soluções para os problemas que afligem a sociedade, em especial aqueles relacionados com as atividades produtivas. Pioneiro do empreendedorismo no Brasil, o Barão e Visconde de Mauá deixou para esta Casa como legado a confiança e a esperança de que podemos sim construir uma grande nação, se acreditarmos no futuro.

Ao longo da história do país, enfrentamos crises agudas que pareciam igualmente insolúveis como a que atravessamos neste momento. A ACRJ, fiel às suas origens, não tem se deixado levar pelo desânimo e o desalento. Diante da perplexidade em que se encontra parte considerável da população brasileira, e particularmente a fluminense, face à gravidade da crise que se abateu sobre o Estado do Rio de Janeiro, a Associação vem promovendo encontros com personalidades políticas, econômicas ou de notório saber para debater a conjuntura e as perspectivas.

Ao longo do último ano, também os Conselhos Empresariais, compostos por reconhecidos especialistas e interessados em temas cruciais para o desenvolvimento do país, discutiram em reuniões regulares a realidade brasileira e as iniciativas que poderiam vir a sustentar a retomada do crescimento nas mais diversas áreas. Com base nas sugestões e propostas destes Conselhos Empresariais e de sua diretoria, a ACRJ formulou uma Agenda Positiva que, em síntese, está sendo agora encaminhada aos candidatos a Presidente da República e a governador do Estado do Rio de Janeiro, e posteriormente aos novos Presidentes empossados no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Trata-se de um documento objetivo, característico dos empreendedores, que se configura como um plano de ação de 25 pontos para cada esfera: Federal e Estadual.

A Associação não se alinha com o pessimismo que vê o Brasil condenado à maldição do baixo crescimento ou de crises sucessivas. Portanto, a Agenda Positiva que propomos tem como ponto de partida o ajuste estrutural das contas públicas. Também tem como destaque a questão da segurança pública que exige um esforço coordenado de todos os níveis de governo em articulação com a sociedade. Afinal, a violência inibe o desenvolvimento e sem o desenvolvimento, que contribui para redução dos problemas sociais, o combate à violência se torna cada vez mais difícil. Um círculo vicioso que precisa ser interrompido. Outros temas têm importância estratégica, mas cabe lembrar que sem atacar estes dois pontos será difícil avançar.

A ACRJ sempre estará aberta para colaborar com as autoridades federais, estaduais e municipais, no que estiver a seu alcance, para enfrentar todos os desafios que se impõem para realizar plenamente o enorme potencial do país e do estado do Rio de Janeiro. Esta Agenda Positiva é apenas nossa contribuição inicial para os novos governantes. Estaremos sempre juntos, independentemente de partidos ou convicções, lutando pelo desenvolvimento econômico em defesa dos empreendedores que fazem este país maior.

Que venha o futuro.

Angela Costa

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

ESFERA FEDERAL

1

Manter a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, se necessário, até que se possa colher os frutos desta iniciativa, que todos sabemos, por seu caráter estratégico, não pode ser julgada pelo legado imediato, mas por resultados de médio e longo prazo, podendo, inclusive, vir a nortear modelos de atuação para a segurança em todo o Brasil;

2

Encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional com o propósito de que a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS sobre o petróleo se dê na sua origem e não no destino, de forma a ressarcir o Estado do Rio de Janeiro, como o maior produtor do País, frente às mudanças na distribuição de royalties sobre a produção;

3

Adotar medidas urgentes para reduzir significativamente a atual regulamentação e burocracia excessivas, garantindo um ambiente de negócios promissor com maior segurança jurídica e previsibilidade de forma a favorecer a competitividade e tornar mais atraente ao investimento externo no País;

4

Incentivar e liderar ações na esfera federal, ampliando esforços, no sentido do Rio de Janeiro voltar a ser uma importante porta de entrada do turismo internacional no País;

5

Com o objetivo de positivar as discussões entre os diversos agentes do setor de gás natural, no âmbito da iniciativa "Gás para Crescer" no Ministério de Minas e Energia, aprovar a nova lei do gás, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, conferindo maior competitividade ao setor;

6

Mediante discussão com os poderes Legislativo e Judiciário, elaborar e aprovar projeto de lei esclarecendo as regras e procedimentos para o desinvestimento de empresas públicas e sociedades de economia mista, conferindo maior segurança jurídica para os projetos;

7

Implantação da ferrovia EF 118 Rio-Vitória, conectando a malha da MRS no Rio de Janeiro à malha da ferrovia Estrada de Ferro Vitória a Minas, o que permitirá atender, em seu traçado, portos de grande profundidade, a exemplo do Porto do Açú, além de polos de desenvolvimento, tal como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, Macaé, Campos e Vitória, diretamente conectados à malha ferroviária que atende parcela de Minas Gerais e do Centro Oeste do país. A financiabilidade do empreendimento tem como base o uso de parcela das outorgas atuais e futuras das malhas da FCA, acrescentado a construção de um pequeno ramal 120 km de bitola estreita entre Barra Mansa e Japeri, onde termina a linha suburbana de trens do Rio, Vitória-Minas e MRS, além de capitais privados oriundos do futuro concessionário da via. Este é um projeto para o presente e de grandes perspectivas futuras, apoiando o comércio internacional do país, notadamente com a movimentação de granéis minerais e agrícolas;

8

Investir no acesso aos portos existentes no Estado, uma vez que a logística de cargas é a segunda maior fonte de arrecadação do tesouro estadual, e os portos seus maiores expoentes. A maior necessidade é o inadiável aumento da profundidade dos canais e acessos marítimos, notadamente em vista da posição geográfica dos portos do Rio, que antecedem Santos nas escalas de importação e sucedem nas de exportação, ou seja, sempre com o peso das cargas paulistas a bordo. Isto implica que os portos fluminenses devem ser sempre 1m mais profundos que os paulistas;

9

Complementação da malha de bitola larga (MRS), com a implementação de melhorias físicas e operacionais nos eixos Rio-SP e Rio-BH, em especial nos acessos aos portos do Rio e Itaguaí, obras de segurança de via, bloqueio de linhas etc. Tal iniciativa, em conjunto com a importantíssima construção do Ferroanel Tramo Norte de São Paulo, associada à interligação operacional com a linha de bitola larga Pederneiras-Panorama (ALL Paulista), devidamente restaurada, deverá propiciar a existência de um novo e muito promissor canal de comércio internacional, notadamente de grãos do Centro-Oeste;

10

Priorizar as rodovias federais no Estado, com suas concessões vencendo no início de 2021, tal como: Rio-SP, Rio-Petrópolis-JuizdeFora e Rio-Teresópolis-DivisaMG, todas com sérios problemas de capacidade operacional, com destaque para as pistas nas Serras das Araras, Petrópolis e do Mar, bem como a oportunidade de aumentar a extensão destas concessões, dando mais amplitude mercadológica aos empreendimentos, bem como redução de custos administrativos e operacionais. Neste contexto, também são novas oportunidades, as perspectivas de concessão integral do Arco Metropolitano (BR 493), a duplicação de trecho da Rio-Santos (BR 101S), para Angra e Paraty, bem como a BR 356 no norte do Estado, resultando em melhorias na malha viária, sem desembolso de recursos públicos;

Pioneiro do empreendedorismo no Brasil, o Barão e Visconde de Mauá deixou para esta Casa como legado a confiança e a esperança de que podemos sim construir uma grande nação, se acreditarmos no futuro.

”

11

Aportar recursos do OGU, para, em articulação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, viabilizar a Linha 3 do Metrô (Arariboia-Alcântara), através de parceria público-privada, viabilizando a inclusão de 270 mil novos passageiros no sistema;

12

Incentivar o aumento da produção nos campos maduros da Bacia de Campos dos Goytacazes, através do incremento do fator de recuperação de óleo, hoje em torno de 25%, quando, em outros países, atinge 40%, com investimento em novas tecnologias;

13

Aprovar, em caráter de urgência, a Reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional;

14

Redefinir o modelo tributário brasileiro, aprovando a Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional;

15

Aprovar lei que autorize o jogo em resorts específicos, pré-determinados, e dentro de regras que contemplem salvaguardas que a sociedade aponte como necessárias. Temos exemplos bem-sucedidos em países vizinhos (Uruguai, Argentina e Paraguai). Durante a alta temporada, navios de cruzeiros aportam no Brasil e quando estão em águas internacionais abrem seus cassinos. No entanto, continuamos presos a uma proibição datada de 1946;

16

Implementar parcerias público-privadas na gestão dos parques do Governo Federal, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, visando garantir a preservação necessária e o turismo sustentável;

17

Implementar medidas para viabilizar o real acesso das pequenas e médias empresas ao crédito, junto ao setor bancário público e/ou privado, com juros, prazos e exigências de garantias adequados, uma vez que são elas os principais empregadores do país;

18

Dar continuidade aos programas do PAC para Cidades Históricas e finalizar obras e restaurações em andamento;

19

Ampliar o percentual e o alcance das leis e incentivos ao esporte, visando fortalecer o desenvolvimento da prática do esporte prioritariamente em projetos e ações sócio-educacionais nas comunidades e no sistema de Educação;

20

Realizar gestão no sentido do cumprimento da determinação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, para os países filiados, como o Brasil, de: destinar 1% do PIB nacional para a cultura;

22

Dar autonomia ao Estado no manejo das vagas do Sistema Único de Saúde - SUS, locadas de hospitais privados - Sistema Nacional de Regulação - SISREG;

24

Apoiar o governo estadual quando da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, atendendo para a segurança hídrica do Estado, a universalização dos serviços e assegurando tarifas adequadas à toda população;

25

Implementar política voltada para desenvolvimento tecnológico e inovação, com investimentos claros e envolvendo contrapartidas empresariais, de forma a motivar as empresas, em especial as médias e pequenas empresas. Trabalhar com o conceito de Open Data passando uma série de desenvolvimentos para a iniciativa privada, o que resultará no aquecimento da atividade econômica e na geração de inteligência e empregos a partir do poder de compra do Estado com prioridade para as empresas do Rio de Janeiro através de um programa de homologação.

Ao longo do último ano, os Conselhos Empresariais, compostos por reconhecidos especialistas e interessados em temas cruciais para o desenvolvimento do país, discutiram em reuniões regulares a realidade brasileira e as iniciativas que poderiam vir a sustentar a retomada do crescimento nas mais diversas áreas.

”

21

Ampliar e diversificar as parcerias públicas-privadas com Organizações Sociais na gestão e no fomento à economia criativa;

23

Estabelecer prova unificada para residência médica dos hospitais privados, similar ao modelo Sistema Único de Saúde - SUS;

”

Com base nas sugestões e propostas destes Conselhos Empresariais e de sua diretoria, a ACRJ formulou uma Agenda Positiva que, em síntese, está sendo agora encaminhada aos candidatos a Presidente da República e a governador do Estado do Rio de Janeiro.

ESFERA ESTADUAL

1 Articular com o governo federal se necessário a manutenção da intervenção na área da Segurança Pública até que se possa colher os frutos desta iniciativa, bem como criar um plano estratégico de médio e longo prazos, que recupere a capacidade operativa dos órgãos de segurança, como por exemplo a melhoria da infraestrutura das polícias militar e civil e uma melhor integração entre elas. Neste âmbito, poderão ser pensadas novas formas de parceria com organizações privadas e associações, como já tem sido feito com o chamado “policimento presente” (Lagoa Presente, Centro Presente etc.);

2 Elaborar planejamento estratégico para os próximos dez anos, a fim de redefinir a matriz de receitas do Estado, visando à redução da dependência dos royalties do petróleo;

4 Criar uma política pública no âmbito estadual com foco nas exportações, que facilite os trâmites burocráticos e promova os produtos e serviços fluminenses no exterior;

6 Adoção de medidas de redução de impostos estaduais visando ao fomento do turismo no Rio de Janeiro, como a realização de feiras, eventos de negócios e grandes espetáculos;

3 Criar polo de atração econômica para indústrias de medicamentos, incluindo biológicos e similares, para o Estado do Rio de Janeiro, o que reduz custo de medicações caras e promove emprego e renda locais;

5 Estimular o desenvolvimento da economia de cultura para geração de emprego e renda através de incentivos aos municípios em parcerias público-privadas de desenvolvimento das artes, das tradições e dos saberes e fazeres regionais;

7 Conceder benefícios fiscais para empresas que se instalarem nas proximidades de comunidades, com isenções proporcionais à utilização de mão de obra da região;

8 Recriar a Secretaria de Desenvolvimento do Estado, com atuação focada na Indústria, Comércio e Energia, visando a uma melhor articulação das necessárias ações junto ao Governo Federal e demais agentes públicos e privados;

10 Traduzir a Base Nacional Comum Curricular em currículo estadual, em regime de colaboração com municípios, produzindo materiais instrucionais para apoiar a prática do professor, inclusive com uso de tecnologia e formação adequada para a sua implementação, a ser oferecida a todos os professores da rede;

9 Retomar a avaliação externa anual, especialmente o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro - SAERJ, para monitorar os resultados da aprendizagem no Estado e preparar material de análise para cada escola;

11 Ampliar o alcance das leis e incentivo ao esporte, visando fortalecer o desenvolvimento da prática de esportes em comunidades, escolas e universidades;

A Agenda Positiva que propomos tem como ponto de partida o ajuste estrutural das contas públicas. ”

12 Realizar gestão no sentido de cumprir a previsão orçamentária prevista pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, para os países filiados como o Brasil: destinar 1% do orçamento total do Estado para a Cultura;

14 Criar comissão de ética pública, com autoridade para evitar e/ou denunciar desvios de conduta, conscientes ou não, por parte de qualquer servidor público do Estado ou de seus fornecedores e, assim, estabelecer grau de confiança mútua entre Governo e cidadania, bem como, criar os Conselhos de Governança Normativa e Administrativa para a melhoria dos processos decisórios e controle social das metas de simplificação normativa, transparência pública, desburocratização estatal e efetividade das políticas públicas.

13 Finalizar obras interrompidas, como o Museu da Imagem e do Som e o restauro do Museu Antônio Parreiras;

15 Implementação de parcerias público-privadas na gestão dos parques do Estado, priorizando o Parque Estadual da Ilha Grande, objetivando garantir a preservação necessária e o turismo sustentável;

“A violência inibe o desenvolvimento e sem o desenvolvimento, que contribui para redução dos problemas sociais, o combate à violência se torna cada vez mais difícil. Um círculo vicioso que precisa ser interrompido.”

16

Priorizar a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro, viabilizando as obras do Guandu, novas estruturas de preservação de água e de eficiência no uso da água (nas cidades e nas áreas rurais);

17

Atentar, quando da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, para a segurança hídrica do Estado, universalização dos serviços, assegurando tarifas adequadas à toda população;

18

Concluir a extensão da Linha 4 do metrô até a estação Gávea, possibilitando a inclusão de 25 mil novos passageiros no sistema diariamente, e ainda a criação de “hub” de interligação com os trechos Gávea-Uruguaí e Gávea-Carioca;

19

Ampliar a Linha 2 do metrô Pavuna-Barra-Carioca, através de parceria público-privada, possibilitando a inclusão de 450 mil novos passageiros no sistema diariamente;

20

Articular com o Governo Federal a obtenção de recursos do OGU, para viabilizar a Linha 3 do Metrô Arariboia-Alcântara, através de parceria público-privada, possibilitando a inclusão de 270 mil novos passageiros no sistema diariamente;

21

Viabilizar o acesso da população aos serviços públicos prestados nas áreas de saúde, educação, mobilidade e segurança, dentre outras, utilizando aplicativos específicos para celulares, integrados, conhecidos como “internet das coisas (IoT’s), possibilitando agendamentos de consultas, informações sobre disponibilidade e locais para determinados atendimentos;

22

Integração física, operacional e tarifária entre os modos de transporte público de passageiros, induzindo à melhor utilização da capacidade dos diversos sistemas. Isto implicará também na reformulação do Bilhete Único Intermunicipal, alcançando a possibilidade de os passageiros efetuarem até 2 transbordos, com prioridade para os modos com tarifa única, independente da extensão percorrida. Esta mudança deverá ser tratada em conjunto com os municípios, de forma a se estruturar progressivamente uma política tarifária metropolitana;

23

Implementar parcerias público-privadas e/ou concessões públicas para as rodovias estaduais existentes;

24

Implantação da Autoridade Metropolitana de Transportes, com a participação do Estado e dos Municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de forma integrada e cooperativa, e participação também dos operadores privados, sempre de forma harmônica, com vistas ao objetivo comum. Tal instituto funciona de forma altamente positiva em várias áreas metropolitanas do mundo;

25

Estabelecer um ambiente administrativo favorável à tomada de decisão, visto que o atual temor dos técnicos de serem questionados e processados como pessoa física, gera omissão, morosidade, perdas irreparáveis de oportunidades e até estagnação de processos importantes. É fundamental estabelecer as bases de controle e transparência da administração pública, mas sem impedir uma gestão eficiente.

A ACRJ sempre estará aberta para colaborar com as autoridades federais, estaduais e municipais, no que estiver a seu alcance, para enfrentar todos os desafios que se impõem para realizar plenamente o enorme potencial do país e do estado do Rio de Janeiro.

”



1809

ACRJ

A VOZ DO EMPRESÁRIO

www.acrj.org.br